



GT 80. Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais

Coordenador(es):

Liliana Sanjurjo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Taniele Cristina Rui (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Sessão 1 - Ditadura, Políticas de Memória e Reparação

Debatedor/a: Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp)

Sessão 2 - Transição Política, Direitos Humanos e Desigualdades

Debatedor/a: Adalton Jose Marques (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Sessão 3 - Democracia, Sistema Prisional e Controle Social

Debatedor/a: Fábio Mallart (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT pretende reunir etnografias e pesquisas históricas que constroem delineamentos acerca de transições democráticas, desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa. Como explicação a priori, o binômio democracia/ditadura, muitas vezes, impede-nos de pensar a respeito dos processos que ajuda a descrever e dos problemas que é capaz de ocultar em nossas pesquisas. Nesse sentido, a proposta visa colocar em debate trabalhos, de caráter conceitual e/ou de diferentes recortes empíricos, para provocar reflexões imprevistas em torno do mesmo problema teórico-político. Sem limitar os campos de investigação que poderão ser acolhidos, nos interessam trabalhos que problematizem questões como: 1) as implicações das leis de anistia e os silenciamentos impostos a atores sociais que sofreram violências durante a vigência de regimes ditatoriais, assim como a recepção de suas lutas reivindicativas de memória, verdade e justiça em democracia; 2) o caráter ambíguo de políticas humanitárias transicionais adotadas por países periféricos; 3) construções de fronteiras e distinções entre crime político e crime comum, e/ou entre segurança nacional e segurança pública, como mecanismos de controle social; e 4) a mobilização da guerra às drogas e a expansão penal como dispositivos centrais de combate às ilegalidades e controle das populações pobres (majoritariamente não-brancas) em democracia.

Um corpo sem reparação: a tortura a um menino dominicano nos anos 1960 e a temporalidade dos esquecidos

Autoria: Victor Miguel Castillo de Macedo (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

O presente work analisa o caso da pessoa mais jovem torturada pelo governo dominicano em 1968. A análise desse caso faz parte da minha pesquisa de doutorado sobre revolucionários, ex-combatentes da Revolução de Abril de 1965 em Santo Domingo, na República Dominicana. Em minha etnografia eu acompanho o dia a dia da Fundación de Solidaridad con los Héros de Abril ? FUSHA e suas lutas por reconhecimento e reparação. Durante a pesquisa conheci pessoalmente o senhor que ainda era uma criança quando foi torturado pelo serviço secreto do governo de Joaquín Balaguer (1966-1978). Sua história ? comentada nos jornais da época ? levanta um problema para o entendimento atual do que foi a revolução: se para muitos dos ex-combatentes ela foi bem sucedida, e hoje é até reconhecida pelo governo dominicano como uma efeméride pátria, parte desta história ficou legada ao silêncio ou ao esquecimento. A transição democrática esperada pelos revolucionários se transformou em 12 anos de tirania, mesmo tendo sido cancelada por uma



eleição. Entre os primeiros achados da pesquisa está a reflexão a respeito de corpos e experiências passíveis de esquecimento e abandono. Compreendo a revolução como um evento crítico que produz suas próprias linhas temporais na vida de pessoas deixadas de lado pela narrativa oficial e pelo apoio do Estado (sem receber pensões ou reconhecimento). Por outro lado, o work associativo da fundação opera um tipo de reparação de base ? dependente de ajuda de doadores e/ou outros combatentes ? da qual a reprodução das memórias em redes sociais e a produção de certificados de heroísmo, são as principais atividades. O caso analisado traz a chave temporal dos efeitos imediatos do pós-Revolução de 1965 e a transição novamente ao autoritarismo. O homem em questão era filho de uma das lideranças populares da revolução e foi perseguido e torturado até meados dos anos 1970, quando finalmente foi exilado para a Europa. Em seu retorno ao país no anonimato já como músico e poeta, sequer foi reconhecido ou procurado pelas autoridades. Na história deste senhor encontram-se fragmentos comuns à maior parte de civis afro-dominicanos de baixa renda que participaram da revolução. É através dela, que pretendo delinear como, passados 55 anos, diversos tipos de violência se proliferam em suas vidas esquecidas e silenciadas.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: